

Agricultores lançam petição contra Campo de Tiro da Força Aérea

written by O Cidadão | 28 de Abril, 2026



Um grupo de agricultores lançou uma petição pública contra a transferência do Campo de Tiro da Força Aérea de Alcochete para Alter do Chão, alertando para os possíveis **danos ambientais e económicos da infraestrutura**.

No documento, os subscritores pedem à Assembleia da República (AR) ***“que aprecie e debata esta petição em comissão”*** e, uma vez que reúna as assinaturas suficientes, também em sessão plenária.

Os peticionários solicitam ainda que o parlamento ***“requeira ao Governo a divulgação de todos os estudos técnicos, pareceres e documentação que sustentaram a decisão”*** de distrito distrito de Portalegre.

A AR, defendem, deve ainda exigir ***“a suspensão de qualquer***

avanço” do projeto **“até à conclusão dos procedimentos legais obrigatórios”**, como a Avaliação de Impacte Ambiental, a consulta pública e a verificação da compatibilidade com o Plano Diretor Municipal e com os instrumentos de gestão territorial regional.

As entidades locais, regionais e ambientais com interesse legítimo nesta matéria também têm de ser ouvidas, é reclamado igualmente no documento.

Em declarações à Lusa, Maria Vasconcelos, proprietária de terrenos agrícolas nesta região alentejana e uma das subscritoras da petição pública, alertou hoje que os terrenos onde poderá surgir o novo campo de tiro são **“protegidos ambientalmente”** e possuem **“corredores de aves”**.

A empresária agrícola criticou ainda a decisão do Governo de escolher aquele território para a infraestrutura militar **“sem ter desenvolvido estudos prévios, sem nenhuma avaliação de impacte ambiental, sem consulta pública e sem transparência documental”**.

Em 11 de março, o ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, anunciou a escolha de Alter do Chão para acolher o Campo de Tiro da Força Aérea Portuguesa (FAP), instalado em Alcochete.

Quando anunciou a nova localização, o governante salientou que a escolha da nova localização **“é um passo fundamental para que se proceda à desmilitarização dos terrenos”** onde vai ‘nascer’ o novo aeroporto Luís de Camões, na região de Lisboa.

Na altura, não foi detalhado o local exato do campo de tiro no concelho de Alter do Chão, mas, segundo o ministro, a valência terá uma dimensão de cerca de 7.500 hectares.

Além das questões ambientais, os agricultores destacam que esta zona alentejana é atravessada por um gasoduto de alta pressão, alertando para riscos de insegurança.

“A segurança de construir um campo de tiro em cima de um gasoduto não foi avaliada e o desvio do gasoduto pode custar até 200 milhões de euros, por isso, não percebo qual a ideia de fazer um campo de tiro com um gasoduto no terreno”, criticou Maria Vasconcelos.

A empresária avisou ainda que a construção do campo de tiro vai provocar o encerramento de várias explorações agrícolas e, por consequência, gerar desemprego na região.

“São 7.500 hectares de terras que estão a ser exploradas por empresários agrícolas, cujo pessoal vai todo para o desemprego, porque não temos sítio para os pôr a trabalhar”, venceu.

Na petição pública, é possível ler que o risco de incêndio florestal ***“é agravado significativamente, com interdição de vastas áreas às equipas de combate em caso de emergência”.***

Os peticionários recordam ainda que Alter do Chão ***“é o berço”*** do cavalo Puro-Sangue Lusitano, sendo a instalação do campo de tiro ***“incompatível”*** com o turismo equestre de ***“prestígio internacional”***, que ***“sustenta parte significativa”*** da economia local.

E a decisão ***“não contempla a compatibilização com a Barragem do Pisão, no concelho do Crato, nem com o Aeródromo Municipal de Ponte de Sor e as suas ‘Air Traffic Zones’”***, pode ler-se ainda no documento.

OC/MP